

# Em 15 dias, partidos definem sua atuação

BRASÍLIA  
 AGÊNCIA ESTADO

Os cinco maiores partidos que atuarão na Assembleia Nacional Constituinte pretendem, a partir da segunda quinzena de janeiro, traçar rumos e definir posições nos futuros embates. O PMDB, com 260 deputados e 45 senadores, teoricamente seria o partido com poder decisório. Em seguida estará o PFL, com 120 deputados e 15 senadores, vindo atrás o PDS, com 33 deputados e cinco senadores; o PDT, com 19 deputados e um senador, e o PTB, com 15 deputados e um senador.

Na Constituinte as votações serão unicamerais, isto é, deputados e senadores votarão simultaneamente, como constituintes. Para aprovação, será necessário o quórum da maioria absoluta. No caso, 280 votos a favor, representando a maioria absoluta dos 569 constituintes (metade mais um). Aparentemente, nenhuma dificuldade, já que os constituintes do PMDB e do PFL (a Aliança Democrática) seriam suficientes para aprovar qualquer coisa.

Na prática, será muito diferente. Por ser o maior, o PMDB entrará na Assembleia Constituinte mais dividido do que nunca. Ulysses Guimarães, gostando ou não, continuará comandando uma "frente" partidária multicolorida, com variações da direita à esquerda, passando pelo centro, com desvios nos dois extremos. O PMDB dificilmente terá condições de estabelecer linhas de ação na Constituinte, tal a diversidade de seus representantes, nos diversos assuntos que estarão em exame.

Os principais líderes do PMDB entendem que na Assembleia Constituinte não poderá prevalecer a disciplina partidária, ou mesmo uma linha de comportamento uniforme. Cada um deverá votar segundo seus próprios princípios, sua formação, seu pensamento político, notadamente em questões sociais e econômicas. Os moderados do PMDB — o grupo deve ser a maioria do partido — poderão requisitar aliados importantes em problemas fundamentais, principalmente no PFL, no PDS, no PTB e nos pequenos partidos centristas que lutam pela sobrevivência e pela identidade própria, como o PL e o PDC.

Os chamados "progressistas" do PMDB na certa formarão bloco com os partidos de esquerda, como o PDT, PCB, PC do B, PSB, PT. Nos debates sócio-econômicos o PMDB dificilmente manterá sua aliança com o PFL e, em contrapartida, o pragmático PT não terá como atuar isolado do mundo. As esquerdas deverão seguir a estratégia tradicional de somar (entre si) para dividir (os adversários).

Ciente de todas as complicações que surgirão na Assembleia Constituinte, os líderes do PFL já começaram a discutir a situação. O presidente de honra do PFL, mi-

nistro Aureliano Chaves, por exemplo, vai defender na reunião nacional do partido, em meados de janeiro, a discussão e a aprovação de pontos básicos que representariam, na Constituinte, as metas liberais.

Se possível obter o consenso interno sobre temas fundamentais, o PFL partirá, então, na busca de apoio de outras agremiações partidárias, até mesmo nas fileiras centristas do PMDB e do PDS.

O comando do PFL sabe que no plano político-institucional também surgirão divergências internas. Há correntes a favor e contra o parlamentarismo, a favor e contra o voto distrital, a favor e contra limitações rígidas a um novo quadro partidário. Há, ainda, opiniões divergentes quanto à duração do mandato do presidente Sarney e a data da realização das eleições presidenciais diretas.

Também no PMDB, no PDS e nos pequenos partidos é difícil encontrar muita gente com posições idênticas. As variações são as mais diversas, muito mais de ordem pessoal do que refletindo a média do pensamento do eleitorado que fez de cada um representante na Assembleia Nacional Constituinte.

O PDS, com redução e renovação nas suas fileiras, também vai reunir seus constituintes e tentar colocar as cartas na mesa. Dos 33 deputados que conseguiram salvar-se do terremoto eleitoral, 19 deles são novos. No Senado ficaram Virgílio Távora, João Castelo e Roberto Campos e estão chegando Jarbas Passarinho e Lavoisier Maia. Passarinho, provocando descontentamento no deputado Amaral Neto, pretende conduzir o PDS a uma oposição "fel e confiável", valendo-se, como ele mesmo diz, dos adjetivos que Tancredo Neves colocou, por pouco tempo, no final do PP.

Na Câmara, a estrela do PDS será Delfim Netto, que a liderança não poderá deixar de indicar para a Grande Comissão Constitucional. Terá também de colocar em posições de relevo os deputados Konder Retz, Bonifácio de Andrada e Henrique Córdoba, sem esquecer os que passaram os últimos dois anos tentando fazer oposição ao governo Sarney, como os paraenses Gerson Peres e Jorge Arbage.

O PFL também terá suas dificuldades com o PMDB. O partido dificilmente abrirá mão da presença do senador Afonso Arinos na presidência da Grande Comissão Constitucional — que terá a tarefa de preparar o projeto da nova Constituição e encaminhar ao debate no plenário.

Há quem diga que o ex-senador e ex-chanceler só aceitou disputar as eleições pelo PFL para ter uma participação ativa na elaboração da nova Carta, retirando-se depois da promulgação. Muitos dizem isso, mas ninguém garante.

F. M.